

Demonstrações Financeiras

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administra.



Building a better
working world

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de setembro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui Borges', written over a circular stamp or seal.

Rui Borges
Contador CRC SP-207135/O

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	14	Fornecedores	9	67.643	106.940
Aplicações financeiras	6	71.930	153.586	Impostos e contribuições a recolher	10	4.215	5.055
Contas a receber de clientes	7	69.939	113.280	Salários, provisões e encargos sociais	-	550	497
Adiantamentos	8	493.450	319.401	Empréstimos e Financiamentos	11	-	20.644
Impostos a recuperar	-	3.469	3.384	Adiantamentos de clientes	12	103.195	-
Outros créditos	-	17	184	Instrumentos financeiros	21	330.195	177.192
Instrumentos financeiros	21	384.290	179.429	Total do passivo circulante		505.798	310.328
Total do ativo circulante		1.023.160	769.278				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	21	219.908	104.181	Tributos diferidos	13	40.697	14.127
Total do ativo não circulante		219.908	104.181	Instrumentos financeiros	21	168.804	68.354
				Total não circulante		209.501	82.481
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15.1	450.000	450.000
				Reserva legal	15.2	3.889	1.533
				Reserva de lucros (prejuízos) acumulados	15.2	73.880	29.117
				Total do patrimônio líquido		527.769	480.650
TOTAL DO ATIVO		1.243.068	873.459	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.243.068	873.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	678.820	327.339
CUSTO DA ENERGIA COMPRADA	17	(669.986)	(313.963)
Marcação a mercado contratos de comercialização de energia	21	<u>60.925</u>	<u>24.352</u>
LUCRO BRUTO		<u>69.760</u>	<u>37.728</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	17	<u>(7.342)</u>	<u>(3.964)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(7.342)</u>	<u>(3.964)</u>
Despesas financeiras	18	(1.625)	(1.069)
Receitas financeiras	18	<u>10.566</u>	<u>4.257</u>
		<u>8.941</u>	<u>3.188</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>71.358</u>	<u>36.952</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	19.2	(3.880)	(4.260)
Diferidos	19.1	(20.359)	(8.280)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>47.119</u>	<u>24.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

ABC BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47.119	24.412
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>47.119</u>	<u>24.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>160.000</u>	<u>312</u>	<u>5.926</u>	<u>166.238</u>
Aporte de Capital		290.000	-	-	290.000
Lucro líquido do exercício		-	-	24.412	24.412
Reserva Legal	13	-	1.221	(1.221)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>450.000</u>	<u>1.533</u>	<u>29.117</u>	<u>480.650</u>
Aporte de Capital		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	47.119	47.119
Reserva Legal	13	-	2.356	(2.356)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>450.000</u>	<u>3.889</u>	<u>73.880</u>	<u>527.769</u>

explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas
às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

ABC BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do exercício		47.119	24.412
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Perdas estimadas (PECLD)		1.045	50
Instrumentos financeiros		(60.925)	(26.834)
Tributos diferidos		20.359	10.761
Juros sobre empréstimos		1.401	1.056
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras		81.656	(137.755)
Contas a receber de clientes		43.392	(109.848)
Impostos a recuperar		(85)	(3.056)
Adiantamentos		(175.144)	(156.939)
Despesas antecipadas		167	(519)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(39.298)	104.171
Impostos e contribuições a recolher		(840)	4.465
Salários e encargos a pagar		53	497
Outras contas a pagar		103.196	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>22.097</u>	<u>(289.539)</u>

Notas explicativas
às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Investimentos	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Contraprestação paga de Empréstimos	(21.916)	(464)
Juros de Contraprestação paga de Empréstimos	(129)	-
Integralização de capital	-	290.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(22.045)	289.536

AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo no início do exercício	14	17
Saldo no final do exercício	66	14

AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

52	(3)
----	-----

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda. (“ABC Brasil” ou “Empresa”), é juridicamente formada como sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Av Cidade Jardim, nº 803, constituída em 04 de dezembro de 2017, com o objetivo de compra e venda de energia elétrica de outros agentes de mercado, tais como geradores, comercializadores, distribuidores e consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedores, sendo outorgado pela ANEEL no despacho nº 61.

2. Apresentação das demonstrações

2.1. Base de elaboração e apresentação

A Administração aprovou a conclusão destas demonstrações financeiras em 26 de setembro de 2023. A Empresa considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CPC26(R1) na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O balanço patrimonial foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 12: Provisão para contingência;
- Nota Explicativa 19: Instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

A classificação dessas aplicações está relacionada com a possibilidade de resgate e vinculações desses ativos em garantias.

3.2. Contas a receber

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários através de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

3.3. Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela

CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.4. Fornecedores

Inclui substancialmente os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, e energia elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

3.5. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos e exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido registrados no resultado são calculados com base no regime de lucro real anual. O imposto de renda às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 mil anuais, e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação de alíquota de 9%; ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitadas a 30% do Lucro Real Anual, quando aplicável.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.9. Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Apuração de resultados

i) Receitas

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Empresa satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

ii) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

iii) Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

3.11. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 20).

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros

resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

c) Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia (contratos futuros)

A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.

A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS9/CPC48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los

em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

4. Novas Normas e Interpretações

Novas normas e pronunciamentos adotados no exercício corrente

- Arrendamentos impactos pela COVID-19: aditivo ao CPC06(R2).
- Reforma da taxa de juros de referência: Fase 2 com alterações ao CPC48, CPC38, CPC40(R1), CPC11 e CPC06(R2).

Estas demonstrações financeiras não foram impactadas pelo referido aditivo tampouco pelas referidas alterações.

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

- Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS37).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS16).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15(R1)/IFRS3).
- Classificação do Passivo Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1).
- Definição de estimativas contábeis (alteração ao CPC23/IAS8).
- Definição de materialidade para divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC26(R1)/IAS1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	66	14
Total	<u>66</u>	<u>14</u>

6. Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras – Debêntures	70.439	66.952
Aplicações financeiras – CDB	1.492	86.634
Total	<u>71.930</u>	<u>153.586</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa mantinha aplicações financeiras em Debêntures e Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

7. Contas a receber de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber de clientes	-	5.025
Contas a receber de clientes – Portifólio	69.939	108.305
(-) PECLD	-	(50)
Total	<u>69.939</u>	<u>113.280</u>

8. Adiantamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento - Pré Pagamento Com Rating (a)	355.675	228.592
(-) PDD	(4.391)	(3.296)
Adiantamento - Pré Pagamento Sem Rating (b)	<u>142.165</u>	<u>94.105</u>
Total	<u><u>493.450</u></u>	<u><u>319.401</u></u>

São pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de compra prevê o recebimento da referida energia em períodos futuros.

- (a) Com rating, são operações que a Companhia avalia que tem o risco atrelado.
 (b) Sem rating, são operações que a Companhia avalia não ter risco.

9. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores de Energia	67.505	106.818
Fornecedores	<u>137</u>	<u>122</u>
Total	<u><u>67.643</u></u>	<u><u>106.940</u></u>

- (a) O saldo é composto pelo registro das operações de compras de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ACL, cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2022 e faturado através da emissão da nota fiscal no mês subsequente, em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009.

10. Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS a Recolher	45	71
COFINS a Recolher	214	340
IRRF	76	50
IRPJ	2.847	3.372
CSLL	<u>1.033</u>	<u>1.222</u>
Total	<u><u>4.215</u></u>	<u><u>5.055</u></u>

Notas explicativas
 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos e Financiamentos

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos (a)	100% da Taxa CDI	31/12/2022	-	20.644
Total			<u>-</u>	<u>20.644</u>

(a) Trata-se de empréstimo com banco de primeira linha.

Saldo em 01/01/2020	-
Juros Incorridos	52
Captação	20.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.052
Juros Incorridos	1.056
Pagamentos	(464)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.644
Juros Incorridos	1.272
Pagamentos	(21.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

12. Adiantamento de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento de clientes	103.195	-
Total	<u>103.195</u>	<u>-</u>

São recebimentos antecipados de venda de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de compra prevê a entrega da referida energia em períodos futuros.

13. Tributos diferidos

Ativo	2022	2021
IRPJ - Diferido	1.098	837
CSLL - Diferido	395	301
Total	1.493	1.138

Passivo	2022	2021
PIS - Diferido	1.736	628
COFINS - Diferido	7.995	2.893
IRPJ - Diferido	23.867	8.636
CSLL - Diferido	8.592	3.108
Total	42.190	15.265

Curto prazo	-	-
Longo prazo	40.697	14.127

14. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 450.000 totalmente integralizado, representado por 450.000.000 quotas.

A composição acionária é representada por:

Banco ABC Brasil S A100%

15.2. Reserva de lucros

Notas explicativas

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva legal (i)	3.889	1.533
Reserva de lucros a realizar (ii)	<u>73.880</u>	<u>29.117</u>
Total das reservas de lucros	<u><u>77.769</u></u>	<u><u>30.650</u></u>

(i) Reserva legal: constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros a realizar: refere-se o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorrerá após o término do exercício social seguinte, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Empresa destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

16. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de venda de energia	832.611	360.705
Impostos sobre venda de energia	<u>(153.791)</u>	<u>(33.366)</u>
Total	<u><u>678.820</u></u>	<u><u>327.339</u></u>

17. Gastos por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compra de energia elétrica	(669.986)	(313.963)
Despesas trabalhistas	(5.206)	(2.178)
Despesas com provisões	(1.045)	(983)
Serviços prestados por terceiros	(906)	(697)
Impostos, Taxas e Contribuições	(167)	(102)
Utilidades e serviços	(18)	(4)
Total	<u><u>(677.328)</u></u>	<u><u>(317.927)</u></u>
CUSTO DA ENERGIA COMPRADA	(669.986)	(313.963)
Despesas administrativas e gerais	<u>(7.342)</u>	<u>(3.964)</u>
Total	<u><u>(677.328)</u></u>	<u><u>(317.927)</u></u>

18. Resultado financeiro

	2022	2021
	<u> </u>	<u> </u>
Juros Sobre Empréstimo	(1.401)	(1.056)
Outros	(224)	(13)
Total das despesas	<u>(1.625)</u>	<u>(1.069)</u>
Rendimento Aplicação Financeira - CDB DI	6.431	2.234
Rendimento Aplicação Financeira - Compromissada	4.055	2.231
Rendimento Aplicação Financeira - CDB POS AUT	595	
Descontos obtidos	-	-
PIS e Cofins sobre rendimentos	(515)	(208)
Total das receitas	<u>10.566</u>	<u>4.257</u>
Resultado financeiro líquido	<u>8.941</u>	<u>3.188</u>

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

19.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ajuste de valor justo	67.136	26.834
(-) Pis e Cofins diferido	(6.210)	(2.482)
(-) Outras movimentações	(1.045)	-
Base tributável	<u>59.880</u>	<u>24.352</u>
Imposto de renda - 25%	(14.970)	(6.088)
Contribuição social - 9%	<u>(5.389)</u>	<u>(2.192)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(20.359)</u>	<u>(8.280)</u>

19.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	2022	2021
Lucro antes dos impostos	71.358	36.952
Despesas com impostos com base na alíquota combinada (34%)	(24.262)	(12.564)
Adições permanentes	(1.986)	808
Exclusões permanentes	1.629	(784)
Outras exclusões	379	-
Total das despesas com impostos	<u>(24.239)</u>	<u>(12.540)</u>
Despesas com impostos correntes	(3.880)	(4.260)
Despesas com impostos diferidos	<u>(20.359)</u>	<u>(8.280)</u>
Total das despesas com impostos	<u>(24.239)</u>	<u>(12.540)</u>

20. Partes relacionadas

A Empresa possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

	<u>2022</u>
Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	66
Aplicações financeiras - Debêntures	70.439
Aplicações financeiras - CDB	1.492
Instrumentos financeiros derivativos	237
Comissão fiança	17
	<u>72.250</u>
Passivo	
Empréstimos	-
Instrumentos financeiros derivativos	388
Garantias financeiras prestadas	19.554
	<u>19.942</u>
Receita/Despesa	
Depósitos a prazo	(34)
Captações no mercado aberto	(170)
Instrumentos financeiros derivativos	150
Outras obrigações – comissão fiança	(167)
	<u>(221)</u>

20.1. Remuneração da Administração

Não há remuneração pago aos Administradores da Empresa até 31 de dezembro de 2022.

21. Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no ACL e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, em 31 de dezembro de 2022 foi no montante líquido de R\$ 60.925.

	2022	2021
Ativo		
Circulante	384.290	179.429
Não circulante	219.908	104.181
	<u>604.198</u>	<u>283.610</u>
Passivo		
Circulante	330.195	177.192
Não circulante	168.804	68.354
	<u>498.999</u>	<u>245.546</u>
PIS e COFINS diferidos (9,25%)	(9.731)	(3.521)
Reversão do exercício anterior	(34.543)	(10.191)
Total impostos diferidos	<u>(44.274)</u>	<u>(13.712)</u>
Efeito MaM no resultado do exercício	<u>60.925</u>	<u>24.352</u>

O resultado real destes contratos futuros de energia pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2022. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o final do exercício findo de 2026.

22. Instrumentos financeiros

A Empresa realiza operações com instrumentos financeiros relacionados às suas atividades operacionais e está exposta e determinados riscos inerentes às suas operações. Tais instrumentos financeiros referem-se principalmente a compra e venda de energia elétrica. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentabilização do caixa da Empresa.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem a escolha das instituições financeiras onde as aplicações são realizadas, dentre o grupo das instituições privadas com *rating* mínima a A.

O planejamento destes investimentos observa a previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento do comprometimento mínimo de caixa livre para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas adicionadas de uma provisão para eventos inesperados como indenizações, investimentos não previstos e aumentos salariais para retenção de talentos. O CPC40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho.

O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O CPC40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas explicativas
às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2.022
Contratos de comercialização de energia	2	452.386
Passivo Mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2.022
Contratos de comercialização de energia	2	385.250
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2.022
Caixa e equivalentes de caixa	2	71.996
Contas a receber	2	69.939
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2.022
Fornecedores	2	67.643

22.1. Gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de carta de fiança, seguro garantia, caução e outras. Além disso, atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de eventual concentração de risco de crédito com alguma contraparte. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* com nota mínima A.

b) Risco de mercado

Considerando também que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face ao formato dos negócios da Empresa, seu modelo comercial e às peculiaridades setoriais, este risco se encontra substancialmente mitigado.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A característica da operação, dos contratos, do modelo comercial e gestão da Empresa privilegiam ampla sobra de caixa. Tal fato deixa a Empresa livre de qualquer tipo de alavancagem ou mesmo necessidade de linhas de crédito.

d) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, A Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento.

e) Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa a ao risco de preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

f) Riscos legais e regulatórios

São riscos relacionados à criação ou mudança de regras e legislação vigentes no setor elétrico, podendo mesmo ser enquadrados como não gerenciáveis. A mitigação, porém, é possível, através do acompanhamento e antecipação de alterações, através de contatos profissionais, participação em grupos técnicos de entidades e associações, acompanhamento das notícias do setor e de sites de interesse, como os da ANEEL, MME, CCEE, EPE, entre outros, e entendimento de seus impactos nos negócios da Empresa.

g) Riscos de operação do sistema

Riscos originados de alterações na política operativa do Sistema Interligado Nacional como, por exemplo, geração térmica fora da ordem de mérito, alterações de capacidades de intercâmbios entre subsistemas etc. Tais riscos podem resultar em alterações de preços sensíveis ao negócio da Empresa.

h) Riscos operacionais

A capacidade da Empresa de atuar conforme expectativas de seus clientes, de reter e atrair novos clientes, de gerenciar devidamente seus processos, de sua infraestrutura tecnológica influi no negócio da Empresa, e os riscos decorrentes de cada ponto listado devem ser conhecidos, monitorados e mitigados pela Empresa.

i) Riscos estratégicos

A capacidade da Empresa de atuar em conformidade com seu perfil de risco e sua estratégia, de reagir à atuação da concorrência, da manutenção de sua imagem, e ainda a própria definição da estratégia de negócio são fatores vitais ao negócio da Empresa, e devem ser conhecidos, monitorados e controlados por todos seus colaboradores conforme a área de atuação de cada um.

22.2. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado, e manter o desenvolvimento do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos, considerando também as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O investimento maciço em tecnologia, processos e treinamento dos colaboradores visa ampliar os ganhos de escala, reduzir erros operacionais e mitigar riscos indiretos na gestão dos contratos dos terceiros. Tal investimento está perfeitamente dimensionado com o resultado e o fluxo de caixa demonstrado nos exercícios analisados.

23. Eventos Subsequentes

Em 27 de março de 2023, foi deliberado na Reunião de Diretoria o seguinte ato societário: um aumento de Capital de R\$ 200.000, passando de R\$ 450.000 para R\$ 650.000.